



POLÍTICA DE FINANCIAMENTO PARTICIPATIVO

RECOMENDAÇÕES DO CGI PARA OS CONSELHOS NACIONAIS NAS POLÍTICAS RELATIVAS AO CROWDFUNDING PELA INTERNET

1. INTRODUÇÃO

O CROWDFUNDING descrito no âmbito deste memorando – e também conhecido como Financiamento coletivo pela internet – define-se como o processo de convidar grande número de pessoas às doações para financiar projetos através de pequenas doações usando um site dedicado a isso gerenciado por uma agência independente.

O CROWDFUNDING oferece novas fontes potenciais de financiamento de projetos para a SSVP em muitos países, mas traz também consigo riscos para a reputação e outros riscos que precisam ser reconhecidos e controlados.

Este memorando define algumas recomendações iniciais do Conselho Geral Internacional (CGI) quanto à política a ser seguida pela SSVP em qualquer país que deseje se envolver no CROWDFUNDING. Estas recomendações serão consideradas na próxima reunião geral do CGI no Porto, em junho de 2019.

2. POLÍTICA ESPECÍFICA PARA CADA PAÍS A SER DECIDIDA PELOS CONSELHOS NACIONAIS

Recomenda-se vivamente que todos os Conselhos Nacionais estabeleçam uma política de CROWDFUNDING e que nenhum Conselho / Conferência se envolva em qualquer atividade de CROWDFUNDING a menos que autorizado por essa política nacional.

Espera-se que as recomendações contidas neste memorando ajudem os Conselhos Nacionais a formular suas políticas.

3. ESCOLHER UMA PLATAFORMA DE CROWDFUNDING CONFIÁVEL

Uma plataforma de CROWDFUNDING é um site especializado que trabalha como um Mercado online, onde os projetos podem ser descritos e o suporte buscado através de doadores potenciais. É essencial que o Conselho Nacional escolha uma plataforma confiável que deve:

- Fornecer uma página dedicada em seu site descrevendo o projeto específico
- Promover o projeto através de sua página Facebook e outras mídias sociais
- Garantir uma forma segura de coleta e contagem das doações feitas
- Cobrar uma taxa razoável por seus serviços (na Europa, plataformas confiáveis como GoFundMe e JustGiving cobram cerca de 2,9% dos recursos captados, por exemplo)

4. ELEMENTOS CENTRAIS EM UMA POLÍTICA DE CROWDFUNDING

4.1. Protocolos Éticos

Aprecia-se que os Conselhos Nacionais incluam em sua política alguns elementos para atender as circunstâncias locais, mas é recomendado pelo CGI que o seguinte seja obrigatório:

- apenas um provedor de plataforma CROWDFUNDING incluído na lista de provedores aprovada pelos Conselhos Nacionais deve ser usado.

- nenhum chamado deve ser lançado por um Conselho/Conferência sem a aprovação prévia do Conselho Nacional (ou se o Conselho nacional assim o decidir, a aprovação prévia do Conselho Diocesano/Central relevante).

-somente projetos específicos aprovados pelo Conselho Nacional devem ser considerados (geralmente estes são de natureza capital vinculados ao desenvolvimento ou emergencial – não são necessidades do dia-a-dia). Cada Conselho Nacional em consulta com seus Conselhos Diocesanos/Centrais é convidado a elaborar diretrizes para projetos prioritários.

4.2 Protocolos Administrativos

O CGI sugere que cada Conselho Nacional nomeie um pequeno Comitê para gerenciar todas as iniciativas de CROWDFUNDING e ser responsável pela transparência e contabilidade.

- As responsabilidades pela administração incluem garantir:

- conhecimento das doações
- manutenção de registros adequados
- relatórios regulares sobre o total de fundos coletados
- custódia dos fundos arrecadados
- uso dos fundos apenas para fins declarados
- diligência devida em projetos realizados em nome dos doadores
- relatórios de andamento dos projetos
- adesão aos protocolos de captação legal e de caridade em vigor em cada país.

PAPEL DO CGI

Devido às provisões da lei francesa, o CGI como instituição não pode realizar CROWDFUNDING. Seu papel é primordialmente facilitar o debate para garantir que políticas apropriadas sejam seguidas pelos Conselhos Nacionais. Através da Comissão Internacional para a Ajuda e Desenvolvimento (CIAD), o CGI também poderia ter um papel na proposição de projetos que os países poderiam adotar como seu projeto CROWDFUNDING e possivelmente também em disponibilizar fundos (particularmente para ajuda emergencial / desenvolvimento) coletados através de CROWDFUNDING por países.

Toda esta temática da relação da CIAD com CROWDFUNDING e a garantia de não competição com outras captações de recursos SSVP está aberta para discussão.

5. RESUMO

Está claro que o CROWDFUNDING oferece muitas oportunidades para a SSVP, particularmente para nos permitir alcançar uma população de doadores fora de nossa base normal. Ao mesmo tempo, se não for bem administrado, apresenta riscos de reputação muito reais. A SSVP é uma “referência” respeitada pelo mundo e nós devemos proteger a sua reputação. É por isso que as recomendações de políticas contidas neste memorando e o papel proposto para os Conselhos Nacionais podem parecer bastante restritivas.

Mas espera-se que isto estimule o debate na próxima reunião geral do CGI em junho de 2019 no Porto e que cheguemos a um acordo sobre uma maneira de aproveitar o CROWDFUNDING praticável segundo cada um dos Conselhos Nacionais e que proteja a SSVP do riscos envolvidos.

Aprobado em SP e CEI, Oporto 2019